

BA

BAPTISTA ADVOCACIA

TRADIÇÃO ALIADA A CONTEMPORANEIDADE



● PROCESSO JUDICIAL ●

Custas Processuais:

Custas processuais são taxas cobradas pelo Estado para a realização de serviços judiciários durante um processo. Esses valores incluem taxas judiciárias, despesas com perícias, diligências de oficiais de justiça, entre outros custos administrativos necessários para a tramitação do processo.

Responsabilidade pelo Pagamento:

Responsabilidade pelo Pagamento: No Brasil, adota-se o princípio da sucumbência, o que significa que a parte que perde a ação é responsável pelo pagamento das custas processuais. No entanto, as partes podem ter que antecipar certos valores ao longo do processo

Cálculo das Custas:

O cálculo das custas varia conforme o tipo de processo e o tribunal em que o caso está sendo julgado. Cada tribunal possui uma tabela específica com os valores das taxas e despesas disponível no site de cada tribunal para acesso.

Honorários de Sucumbência

Os honorários de sucumbência são valores pagos pela parte perdedora de um processo à parte vencedora. Esses honorários são fixados pelo juiz ao final do processo, e são devidos ao advogado da parte que saiu vencedora

Honorários contratuais

Pagos pelo cliente diretamente ao seu advogado, conforme estipulado em contrato. Esses honorários são acordados entre cliente e advogado e podem ser pagos independentemente do resultado do processo

Justiça Gratuita:

A justiça gratuita é um benefício previsto na Constituição Federal que isenta pessoas que não possuem condições financeiras de arcar com as custas processuais de pagá-las. Para obter esse benefício, é necessário comprovar a insuficiência de recursos, o que pode ser feito através de documentos como declaração de imposto de renda e contracheques

Documentos necessários: Cópia da CTPS, últimas declarações de imposto de renda ou declaração de isenção de declaração de imposto de renda por não atingir a renda mínima.

Não Existe "Causa Ganha":

No campo jurídico, nenhum advogado pode garantir ao cliente que um processo será ganho. A afirmação de "causa ganha" é não apenas antiética, mas também impossível, devido à natureza incerta dos processos judiciais. O Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) proíbe explicitamente que advogados façam essa promessa de ganho de causa. A imprevisibilidade dos resultados judiciais decorre de vários fatores, como a análise das provas pelo juiz, a tese jurídica adotada, e as particularidades de cada caso. Por isso, mesmo que a probabilidade de vitória seja alta, sempre há a possibilidade de uma decisão desfavorável.

Tutela Antecipada:

A tutela antecipada é uma decisão provisória concedida pelo juiz no início ou durante o processo, com o objetivo de garantir de forma imediata um direito que, de outra forma, só seria reconhecido ao final da ação. No contexto de saúde e inclusão escolar, ela é frequentemente utilizada para determinar que planos de saúde ou instituições forneçam tratamentos, terapias ou acompanhamentos antes do término do processo.

É importante destacar que, por se tratar de medida provisória, a tutela antecipada pode ser revista ou revogada ao longo do processo. Em casos de reversão, a lei prevê a possibilidade de que a parte que obteve o benefício arque com os valores custeados.

No entanto, a jurisprudência do STJ, em ações que envolvem pedidos de tratamento de saúde contra planos de saúde, tem entendido que, quando o consumidor age de boa-fé, não há obrigação de ressarcir os valores caso a tutela seja posteriormente revogada.

O Tempo de Cada Processo é Variável

O tempo necessário para a conclusão de um processo judicial no Brasil pode variar amplamente, dependendo de vários fatores, como:

- Complexidade do caso: Processos que envolvem questões complexas ou que requerem perícias e produção de provas podem demorar mais tempo para serem resolvidos.
- Carga de trabalho do tribunal: Tribunais com maior acúmulo de processos tendem a ter prazos mais longos para julgamento.
- Recursos interpostos: A interposição de recursos pelas partes pode prolongar significativamente a duração do processo.
- Necessidade de se comprovar descumprimento de uma tutela antecipada.

Realizações de perícias judiciais e audiência de instrução

Em suma, a duração de um processo judicial é incerta e depende de diversas variáveis, tornando impossível prever com exatidão quando uma ação será finalizada.